

A Justiça do Governo Bolsonaro

Ronaldo de Almeida¹
Unicamp/Cebrap

Esta apresentação compreende como foi formulada e ensinada no governo Bolsonaro uma proposta de laicidade. O foco empírico não está propriamente nas controvérsias nas quais os sentidos da laicidade e do religioso estiveram em disputa pública. O objetivo é circunscrever e analisar um campo jurídico-confessional-acadêmico que orbitou em torno do governo Bolsonaro e lhe forneceu quadros burocráticos e sustentações teológicas e jurídicas para pautas consideradas conservadoras. Nossa hipótese é que tal modelo, a despeito da sua pretensão à diversidade, ancora-se em pressupostos religiosos e cristãos, que são validados por seu estatuto universal e cultural.

Em artigo publicado em 2021, Almeida desenvolveu o argumento segundo o qual o governo Bolsonaro foi um espaço prático de potencialização da direita religiosa no Brasil, e que fez parte de um movimento mais amplo das direitas e extremas-direitas. Para ele, diferentes segmentos religiosos conservadores (católicos, evangélicos, judeus, sionistas cristãos, espíritas) formaram *clusters* de gestores, pautas e interesses na gigantesca administração federal. Não se trata de uma identidade religiosa, mas da configuração de segmentos religiosos no governo Bolsonaro.

A título de exemplo, existem: os interesses econômicos nos meios de comunicação de evangélicos (neo)pentecostais e de carismáticos católicos; as missões evangélicas transculturais em ricos territórios indígenas da Amazônia; a aliança sionista entre católicos, evangélicos e até judeus na política externa do Ministério das Relações Exteriores; a presença de *protestantes reformados* no Ministério da Educação (CAPES, inclusive); no âmbito da Justiça, a presença de *neocalvinistas*, *Opus Dei* e outros setores conservadores católicos e evangélicos; os neopentecostais no Ministério da Cidadania responsáveis por diversos programas sociais como as Comunidades Terapêuticas; e, por fim, no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, onde quase todos segmentos cristãos conservadores se encontram, com destaque para o *evangelicalismo* e o catolicismo do Opus Dei. Em síntese, as pautas moralmente conservadoras, os interesses econômicos e as alianças geopolíticas, entre outras dimensões, vêm produzindo

¹ Professor do Departamento de Antropologia da Unicamp e pesquisador do Cebrap. Esta apresentação é resultado em parte de um artigo escrito em conjunto com Paula Bortolin e João Moura.

ressonâncias entre os setores religiosos e mesmo não-religiosos, sobretudo por sua capacidade de gerar mobilização e ação política.

Essa apresentação, por sua vez, circunscreve e aprofunda um destes clusters religiosos: o campo jurídico do governo Bolsonaro e do seu entorno de sustentação política. Antes, contudo, vale fazer duas constatações sobre o universo jurídico do Estado brasileiro. A primeira é que há muito o sistema de Justiça é arena de disputa de diferentes religiosos em torno de pautas como aborto, gênero, ensino religioso, símbolos oficiais, famílias, comportamentos e vínculos sociais. Trata-se da disputa pelo ordenamento jurídico do público. A segunda é um fenômeno mais recente: a mudança do perfil religioso da burocracia jurídica brasileira que era esmagadoramente de tradição católica e com alguma presença espírita. Entre os poderes da República, o Judiciário foi o último a se tornar um palco de disputa pelos evangélicos. Eles, no início, conquistaram posições no Legislativo em meados dos anos 1980 e, só nos anos 1990, começaram a conquistar eleições majoritárias (prefeitos, governadores e senadores). Se a via eleitoral permitiu a entrada nos Poderes Executivo e Legislativo de representantes de segmentos das camadas populares (os pentecostais, por exemplo), a mobilidade nos níveis superiores da burocracia jurídica exigiu determinados capitais social e cultural mais presentes entre os espíritas e em parcelas do catolicismo.

Entretanto, o crescimento demográfico de evangélicos nas últimas décadas ocorreu também com um relativo espraiamento nas camadas médias e mesmo altas da sociedade brasileira. A transição religiosa, assim, significa que o Brasil não está apenas se tornando mais evangélico, mas também os evangélicos se tornam mais brasileiros em sua diversidade social, econômica, política e cultural. Não por acaso, juízes e procuradores evangélicos tornaram-se personagem da conjuntura mais recente de politização da Justiça e judicialização da política (Marcelo Bretas, Deltan Dallagnol, Willians Martins). Ao trajetória mais significativa foi a do pastor presbiteriano André Mendonça no governo Bolsonaro. Primeiro ele foi o Advogado Geral da União (AGU), depois ministro da Justiça, voltou a AGU e, por fim, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A indicação para o STF, em 2021, foi tanto uma decisão política presidencial como também um desdobramento das mudanças políticas, religiosas e demográficas em curso no país.